

FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA A REALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR*

Marcos Reigota
Programa de Educação Popular Ambiental/ICAE

Introdução

Procuraremos indicar nesse trabalho alguns dos elementos teóricos que devem estar presentes nos projetos de educação ambiental popular dentro da política a ser desenvolvida pelo Conselho Internacional de Educação de Adultos (ICAE) a este respeito.

Trata-se de indicações para serem discutidas e completadas, não tendo um caráter definitivo nem acabado.

Temos como objetivo principal introduzir os temas que têm permeado o debate internacional sobre meio ambiente e, mais particularmente, sobre a educação ambiental, para a fundamentação de nossa proposta educativa.

Assim, este texto apresenta um breve histórico da educação ambiental e da sua vertente popular, o conceito de meio ambiente e a contribuição da ciência ambiental, destacando dois de seus principais paradigmas (desenvolvimento sustentado e participação social).

Na conclusão enfatizaremos como essas questões estarão presentes na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, a ser realizada no Rio de Janeiro em 1992.

* Texto preparado para a reunião do Conselho Internacional de Educação de Adultos/ICAE, em 1991. Parte deste texto foi apresentado durante o Seminário sobre Desenvolvimento e Educação Ambiental, promovido pelo INEP e realizado em Brasília, em agosto de 1991.

Educação Ambiental Popular

Depois da reunião do "Clube de Roma" em 1968 e da "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano" em Estocolmo em 1972, a problemática ambiental passou a ser analisada na sua dimensão planetária.

Nesta última conferência, uma das resoluções indicadas no seu relatório final apontava para a necessidade de se realizarem projetos de educação ambiental.

Em 1977, a Unesco realizou em Tbilisi, URSS, a primeira Conferência Mundial de Educação Ambiental, após a realização de inúmeras outras a nível regional, nos diferentes continentes.

Em 1987, em Moscou, foi realizada a segunda Conferência Mundial que reafirmou os objetivos da educação ambiental indicados em Tbilisi.

Surgidos do consenso internacional, os objetivos da educação ambiental são:

1 - **Consciência:** Ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem uma consciência e uma sensibilidade acerca do meio ambiente e dos problemas a ele associados.

2 - **Conhecimento:** Ajudar os grupos sociais e os indivíduos a ganharem uma grande variedade de experiências.

3 - **Atividades:** Ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem um conjunto de valores e sentimentos de preocupação com o ambiente e motivação para participarem ativamente na sua proteção e melhoramento.

4 - **Competência:** Ajudar os grupos sociais e os indivíduos a adquirirem competências para resolver problemas ambientais.

5 - **Participação:** Propiciar aos grupos sociais e aos indivíduos uma oportunidade de se envolverem ativamente, em todos os níveis, na reso-

lução de problemas relacionados com o ambiente (Unesco, 1977, p.15).

Esses elementos fundamentam experiências diversas em educação ambiental a nível escolar e extra-escolar.

Muito recentemente temos visto o surgimento do que tem sido chamado de educação ambiental popular, no que o ICAE é um dos centros pioneiros na sua divulgação e está implementando uma política de realização.

Onde então a educação popular e a educação ambiental se encontram e se unem?

Já enfatizamos as origens e os objetivos desta última. A educação popular tem um histórico muito mais conhecido e tem se renovado. "Hoy ela se centra en dar impulso ai desarrollo de capacidades colectivas que permitan a la organización popular pasar de ser la sola unión de esfuerzos individuales a la conformación de un sujeto colectivo que no limita la solidaridad al interior de los sócios, sino que, ubicándose en las contradicciones y luchas estratégicas de la sociedad global, busca alcanzar un carácter protagónico.

Este aporte no ha de ser entendido solo como de concientización sobre la importancia de lograr esse paso. Se trata sobretudo de consolidar capacidades colectivas, principalmente de recuperación, creación y aplicación de conocimientos, que permiten superar la cultura de resistencia y pasar a una cultura de emancipación" (CEAAL, 1990, p. 114).

Nesta perspectiva de educação popular se incluem os objetivos da educação ambiental, só que a primeira tem uma tradição pedagógica e política voltada para o avanço das camadas populares. Avanço este que inclui melhores condições de vida, democracia e cidadania.

A opção política explícita da educação popular não se encontra facilmente nos projetos de educação ambiental que têm sido realizados no Brasil, em particular. Um estudo mais aprofundado sobre isso na América

Latina, é necessário ser feito. São também poucas as opções e projetos de educação ambiental para as camadas populares, embora esta necessidade e reivindicação já tenham sido apontadas em trabalhos que se situam nos limites da educação realizada em escolas públicas de São Paulo (Reigota, 1987 e 1990).

A educação ambiental popular, no entanto, deverá ser realizada prioritariamente com os movimentos sociais, associações e organizações ecológicas, de mulheres, de camponeses, operários, de jovens, etc, procurando fornecer um salto qualitativo nas suas reivindicações políticas, econômicas e ecológicas.

A sua realização possibilitará recuperar o potencial crítico dos movimentos ecológicos, que têm se caracterizado pelo conservadorismo, tecnocracismo, elitismo, entre outros "ismos", assim como propiciar a participação social nas questões ambientais das principais vítimas do modelo de desenvolvimento econômico, que ignora as suas conseqüências sociais e ecológicas.

A educação ambiental popular terá certamente um papel importante nos próximos anos, já que muito resta a fazer nos planos teórico e prático para atingirmos uma melhor qualidade de vida, a democracia e a cidadania.

O papel que a América Latina tem e terá nos próximos anos, no debate internacional sobre o meio ambiente, será de importância fundamental para estabelecimento de uma nova ordem econômica e ecológica internacional.

Se queremos que os setores populares participem desse debate, é urgente desenvolvermos projetos educativos para impedir que, mais uma vez, a maior parte da população fique alheia à tomada de decisões que lhe concernem direta e cotidianamente.

Nesse sentido, nos (tens seguintes, propomos alguns elementos teóricos que consideramos ser necessários para a realização da educação popular ambiental.

0 que é Meio Ambiente?

Para esta pergunta poderemos obter as mais diferentes e variadas respostas, que indicam as representações sociais, o conhecimento científico, as experiências vividas histórica e individualmente com o meio natural.

Para a realização da educação ambiental popular, é importante termos um conceito que oriente as diferentes práticas.

Assim, definimos meio ambiente como o lugar determinado ou percebido onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

Nesta definição de meio ambiente fica implícito que:

1 - Ele é "determinado": - quando se trata de delimitar as fronteiras e os momentos específicos que permitem um conhecimento mais aprofundado. Ele é "percebido" quando cada indivíduo o limita em função de suas representações sociais, conhecimento e experiências cotidianas.

2 - As relações dinâmicas e interativas indicam que o meio ambiente está em constante mutação, como resultado da dialética entre o homem e o meio natural.

3 - Isto implica um processo de criação que estabelece e indica os sinais de uma cultura que se manifesta na arquitetura, nas expressões artísticas e literárias, na tecnologia, etc.

4 - Em transformando o meio, o homem é transformado por ele. Todo **processo de transformação** implica uma história e reflete as necessidades, a distribuição, a exploração e o acesso aos recursos de uma sociedade.

A definição de meio ambiente acima exige um aprofundamento teórico

que conta com a contribuição de diferentes ciências que se aglutinam no que se convencionou chamar de **Ciência Ambiental**.

Tem se tornado cada vez mais claro e consensual que a **Ciência Ambiental** só se realizará através da perspectiva interdisciplinar.

A problemática ambiental não pode se reduzir só aos aspectos geográficos e biológicos, de um lado, ou só aos aspectos econômicos e sociais, de outro. Nenhum deles, isolado, possibilitará o aprofundamento do conhecimento sobre essa problemática.

À Ciência Ambiental cabe o privilégio de realizar a síntese entre as ciências naturais e as ciências humanas, lançando novos paradigmas de estudo onde não se "naturalizarão" os fatores sociais e nem se "socializarão" os fatores naturais.

Diferentes áreas de estudo de disciplinas diversas podem contribuir para o desenvolvimento da Ciência Ambiental dentro da idéia de interdisciplinaridade. No entanto, esta idéia enfrenta algumas dificuldades para se concretizar, tanto em nível teórico como em nível prático.

Se, atualmente, temos cada vez mais trabalhos teóricos que se baseiam no conhecimento acumulado nas diferentes ciências (incluindo as exatas), podemos ainda notar a dificuldade para muitos autores se lançarem nas ciências que não dominam com a mesma profundidade atingida nas suas especialidades. Esses autores não ousam trilhar por ciências onde não terão o mesmo reconhecimento de seus pares e ainda serem alvos fáceis de críticas dos especialistas dessas outras ciências. Devemos também considerar o extremo corporativismo ainda presente nos meios acadêmicos e científicos, que impede a troca de experiências e informações entre cientistas de especialidades diferentes e supostamente antagonicas.

A Ciência Ambiental exige dos atores envolvidos conhecimento aprofundado, espírito curioso e modéstia diante do desconhecido. Na sua fase atual, que é de busca da síntese e da perspectiva interdisciplinar, é fundamental a troca de conhecimentos de origens científicas diversas, pos-

sibilitando dar algumas respostas às complexas questões que fazem parte do seu quadro teórico.

Alguns Paradigmas da Ciência Ambiental

Desenvolvimento Sustentado

Observamos que nos últimos anos o conceito de desenvolvimento sustentado tem substituído na literatura especializada os conceitos de desenvolvimento alternativo e ecodesenvolvimento.

Porém, esses conceitos são originados da Conferência de Estocolmo de 1972, sendo que o de desenvolvimento alternativo lhe é anterior.

A partir dessa Conferência, o ecodesenvolvimento foi o conceito mais fundido na literatura especializada, até, principalmente, a publicação do Report Brundtland em 1987.

Pearce et alii (1989) observam que existem diferentes definições de desenvolvimento sustentado que ilustram as diferentes perspectivas apresentadas, sobretudo na segunda metade da década de 80, na literatura anglo-saxônica.

À parte esta questão de conceitualização, o que nos parece importante enfatizar é que atualmente as propostas de desenvolvimento econômico que não levam em consideração os fatores ambientais estão condenadas ao esquecimento.

As recentes mudanças no cenário político internacional têm mostrado que tanto sob o capitalismo como sob o socialismo a questão ambiental tem um peso político muito grande que interessa tanto a uns quanto a outros. Motivo pelo qual a idéia de desenvolvimento sustentado tem estado presente nos debates e acordos internacionais. Porém, ela não se apresenta de forma homogênea, como já foi assinalado por Pearce et alii (1989).

Nas sociedades capitalistas periféricas, a idéia de desenvolvimento sustentado não pode se restringir à preservação de recursos naturais, visan-

do o abastecimento de matérias primas às gerações futuras, como tem sido enfatizado nos países de capitalismo avançado.

Elementos básicos das necessidades humanas e intimamente dependentes da problemática ambiental, como transportes, saúde, moradia, alimentação e educação, estão longe de terem sido resolvidos.

Nos pontos comuns e divergentes entre sociedades capitalistas desenvolvidas e periféricas, podemos considerar que, para a realização do desenvolvimento sustentado em nível **global**, é de fundamental importância o estabelecimento de uma nova ordem econômica e ecológica, onde países dos hemisférios Norte e Sul possam dialogar em igualdade de condições.

Porém, esse diálogo (se ocorrer) não será sem dificuldades, pois a falta de homogeneidade dos países do Terceiro Mundo e a passividade frente ao poderio econômico (e militar) dos países do Norte são duas dificuldades evidentes.

Em face disso, qualquer que seja o conceito de desenvolvimento, dificilmente podemos garantir, **pacificamente**, às gerações futuras de qualquer parte do globo, o patrimônio natural e cultural comum da humanidade. Pois, como observa uma aborígine australina: "If you have come to help me, you can go home again. But if you see my Struggle as a part of your own survival, then perhaps we can work together".

Participação Social

Os movimentos ecológicos surgidos nas sociedades capitalistas desenvolvidas nos anos 70 se caracterizam inicialmente por uma crítica ao modelo de sociedade industrial.

A esse início "contra-cultural", foram se aglutinando tanto os movimentos preservacionistas de espécies animais e vegetais, como movimentos pacifistas e anti-nucleares.

O surgimento e a evolução desses movimentos devem ser vistos dentro do contexto da **participação civil em sociedades democráticas**. A

organização de grupos e a posterior constituição de "partidos verdes" só se tornaram possíveis graças à crescente mobilização da população frente a decisões do Estado.

Nos países onde a democracia é incipiente, a organização da população se faz com resultados menos satisfatórios, mas não menos combativos.

É importante assinalar que a visão de Estado e da participação da sociedade civil nas diferentes ideologias políticas, que se posicionam nos países da América Latina, influi na prática de organizações civis frente à questão ambiental. Se o que aparece com mais frequência é a idéia de autonomia frente ao Estado, no entanto ela apresenta conotações ideológicas muito diferentes. Num primeiro momento, tivemos a influência das idéias autonomistas surgidas nos anos 60, onde se caracteriza a perspectiva crítica ao Estado centralizador e autoritário, às suas opções de desenvolvimento e de saque ao meio ambiente com as suas conseqüências sociais.

No entanto, esta posição mais crítica foi perdendo terreno nos últimos anos a favor de tendências que, embora contrárias à interferência do Estado, se posicionam e atuam no terreno das idéias neo-liberalizantes.

A participação da população nas questões ambientais, tem basicamente se destacado nos grandes centros urbanos, mas também fora deles, aglutinando diferentes camadas sociais em torno de questões específicas.

Inúmeras entidades ecológicas e/ou ambientalistas surgiram no continente nos últimos anos, porém com penetração mais localizada, e muitas delas atreladas a interesses econômicos e políticos nem sempre muito claros.

Podemos considerar que essa quantidade de novas organizações ocorre devido ao processo de democratização. A atuação de cada um desses movimentos e a sua continuidade ficará por conta daqueles que: apresentarem respostas aos graves problemas ambientais, puderem discutilas democraticamente e tiverem meios econômicos e técnicos para viabilizá-las.

Várias propostas de participação têm sido colocadas à sociedade, porém só a autonomia dos movimentos sociais frente ao Estado, aos partidos políticos, meios de comunicação de massa, monopólios econômicos e seitas religiosas poderá garantir o seu potencial crítico ao modelo de desenvolvimento, favorecendo a consolidação da democracia no continente.

isso não ocorrerá, no entanto, sem o desenvolvimento da consciência de cidadania, possível através da educação popular ambiental.

Conclusão

Vimos que a educação ambiental popular é de fundamental importância para que as camadas da classe popular continuem nas suas reivindicações por melhores condições de vida, pela democracia e pela cidadania.

Por outro lado, no debate internacional sobre meio ambiente, é necessário que aqueles que são as principais vítimas do modelo econômico participem e apresentem propostas visando o estabelecimento de uma nova ordem econômica e ecológica internacional.

Em 1992, será realizada no Rio de Janeiro a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, vinte anos após a Conferência de Estocolmo. As questões acima estarão presentes e certamente animarão grandes debates que definirão políticas e estilos de vida para o fim do século e início do 3^o milênio.

Os projetos de educação popular ambiental devem levar em consideração os problemas ambientais específicos de cada região e as suas implicações econômicas, ecológicas, éticas, culturais e sociais a nível planetário.

A participação social das camadas da classe popular se torna cada vez mais importante e decisiva e ela deve ser ampla, saindo das reivindicações imediatas para garantir um avanço qualitativo, e propondo, inclusive, alternativas para a realização do desenvolvimento sustentado e da educação que estabeleça uma nova aliança entre a humanidade e a natureza, e novas relações políticas entre os hemisférios Norte e Sul do planeta.

Referências Bibliográficas

CEAAL. 1990.

PEARCE, D. et al. **Blueprint for a green economy**. London: Earthsan 1989.

REIGOTA, M. **Présentation d'une expérience: l'enseignement des sciences centrée sur l'environnement** Louvain, 1987. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Louvain, 1987.

REIGOTA, M. **Les représentations sociaux de l'environnement et les pratiques pédagogiques quotidiennes des professeurs de sciences à S. Paulo- Brésil**. Louvain, 1990. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Louvain, 1990.

UNESCO. **Tendances de l'éducation relative a l'environnement après Tbilisi**. Paris, 1977.

WCED. **Our common future**. Expor: (s.n., 19).